

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	7
EDITORIAL – RT 1031	9

DOCTRINA

ARBITRAGEM

Arbitragem Institucional e <i>Compliance</i> : compreendendo o papel desenvolvido pelas instituições arbitrais <i>Institutional arbitration and Compliance: understanding the role developed by arbitral institutions</i> THERESA C. ALBUQUERQUE NÓBREGA e ALBERTO JONATHAS MAIA	21
--	----

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sistema de registro de preços e efeito "carona": discussões doutrinárias e análise técnica dos órgãos de controle das contas públicas na sociedade da informação <i>Price record system and "carona" effect: documentary discussions and technical analysis of the public accounting bodies in the information society</i> EMERSON PENHA MALHEIRO e ELISABETE MARIUCCI LOPES	47
Manutenção do ato administrativo inválido no contexto das licenças urbanísticas <i>Maintenance of the invalid administrative act in the context of urbanistic licenses</i> ILLANA CRISTINA DANTAS GOMES e VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA.....	73
Requisições e pandemias (Covid-19) <i>Orders and pandemics (Covid-19)</i> ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS NAKAMURA	91

DIREITO AMBIENTAL

Análise jurídica aos coeficientes de segurança de barragens: riscos potenciais de ruptura, impactos jurídicos e socioambientais <i>Legal analysis of dam safety coefficient: potential rupture risks, legal and socio-environmental impacts</i> SAULO DE OLIVEIRA DA SILVA	107
--	-----

DIREITO COMPARADO

O administrador judicial: uma análise à luz do direito comparado <i>Insolvency office holders: a comparative law study</i> PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e GUSTAVO HENRIQUE DE OLIVEIRA AMARAL	127
---	-----

DIREITO DIGITAL

Indenização pelo tratamento ilegítimo de dados pessoais: comparação entre os direitos italiano e brasileiro

Liability for unlawful processing of personal data: comparison between Italian and Brazilian laws

ANGELO VIGLIANISI FERRARO e EDUARDO TOMASEVICIUS FILHO 155

DIREITO PENAL

A crise da execução penal e a remição da pena pela leitura

The crisis of criminal execution and the redemption through reading

ALINE PIRES DE SOUZA MACHADO DE CASTILHOS..... 187

Medidas cautelares e meios de prova nos crimes cibernéticos

Precautionary measures and means of proof in cybercrimes

GREICE PATRICIA FULLER e JOÃO MARCELO BRAGA FERNANDES PEDROSA 207

DIREITO REGISTRAL

LGPD, regime sancionatório e serviços notariais e registrais

LGPD, sanctions and notary and registry services

RODRIGO L. KANAYAMA e RICARDO A. KANAYAMA..... 227

DIREITO TRIBUTÁRIO

O excesso de execuções fiscais no âmbito da União: os impactos do REsp. 1.340.553 em termos econômicos

The excessive amount of fiscal executions within the Union: the impacts of REsp. 1,340,553 in economic terms

MÔNICA THAIS DA SILVA CUSTÓDIO e MATEUS SILVA DE GREGORI..... 245

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O lapso do ECA quanto ao princípio do interesse superior da criança e do adolescente: uma análise sobre a tutela de crianças cosmopolitas

The omission of the principle of the best interests of the child in the Brazilian Statute of Children and Adolescents: an analysis about the custody of cosmopolitan children

VICTOR HUGO ALCALDE DO NASCIMENTO..... 267

PROCESSO CIVIL

Precedentes judiciais no sistema jurídico brasileiro: análise do emprego de precedentes no processo civil de acordo com o CPC/2015

Judicial precedents in the brazilian legal system: analysis of the use of precedents in civil procedure according to CPC/2015

SHAENNYA PEREIRA VANDERLEY e HÉRIKA JULIANA LINHARES MAIA 289

Questão prejudicial e a coisa julgada material. Requisitos e reflexões

Prejudicial question and the res iudicata protection. Requirements and reflections

RAFAEL RIBEIRO RODRIGUES..... 307

Rescindibilidade da coisa julgada individual para aproveitamento da coisa julgada coletiva <i>Action for relief from individual judgment for use class action judgment</i> JOSÉ AMÉRICO ZAMPAR JÚNIOR e ÍGOR MARTINS DA CUNHA.....	337
DOCTRINA ESTRANGEIRA	
Poderes de gestão do juiz moçambicano – um convite a reforma do Código Processual Civil <i>Management powers of the Mozambican judge – an invitation to reform the civil procedural code</i> CECIL NASH CÂNDIDO GOBO	357

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É inconstitucional lei distrital que estabelece regras sobre a suspensão dos serviços públicos de energia elétrica, água, telefonia e internet
FERNANDO COSTA DE AZEVEDO..... 377
- Direito de passagem gratuito de infraestrutura de telecomunicações em vias públicas, ainda que explorados por concessão de empresas privadas, é constitucional
RAFAEL CARVALHO NEVES DOS SANTOS 384
- Reconhecida a existência de repercussão geral sobre a possibilidade de extensão do auxílio-acompanhante para segurados aposentados por invalidez a outras espécies de aposentadorias
MARCO AURÉLIO SERAU JÚNIOR 394
- Mantida a reintegração de funcionários de autarquia federal dispensados após aposentadoria voluntária
TUANY BARON DE VARGAS e MARCO AURÉLIO SERAU JÚNIOR..... 421

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Emancipação legal proveniente de relação empregatícia dispensa autorização judicial em contrato de gestão de carreira de jogador de futebol profissional relativamente incapaz
MEIRE CRISTINA DE SOUZA..... 429
- Admitida a reintegração de candidato eliminado de concurso da polícia militar por uso de drogas na juventude, tendo em vista que a investigação social deve ser proporcional e razoável
SIMONE ZANOTELLO DE OLIVEIRA 436
- Negado o pedido de empresário apelar em liberdade até o trânsito em julgado de condenação pelo assassinato de sua esposa e filha
LUIZ ANTONIO BORRI..... 454

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- São inconstitucionais normas estaduais que regulamentam profissão de despachante de trânsito, por ser competência privativa da União legislar sobre condições para o exercício de atividade profissional 481

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Mantida a prisão preventiva de acusado de matar integrante de torcida organizada rival, em razão da gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente..... 485
- Cabível o trancamento do inquérito contra patrocinador de publicação em *outdoor* que comparavam o atual Presidente da República a um "pequi roído", tendo em vista a ausência do *animus injuriandi*, restringindo-se a uma análise política e subjetiva da gestão do governo 498
- Declarar informação falsa quanto à condição de empresa de pequeno porte para participar de certame licitatório é crime, ainda que haja modificação legislativa posterior que dê novo enquadramento 501
- Afastada a responsabilidade solidária de corretora pela entrega atrasada de imóvel, uma vez que não há envolvimento na atividade de incorporação e construção do bem 503

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Empresa não deverá incluir cônjuges do mesmo sexo em plano de saúde como dependente de seus empregados, uma vez que não existe previsão contratual, devendo esta inclusão ser negociada durante a renovação do contrato 507

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- É configurada como propaganda eleitoral antecipada negativa ilícita a divulgação de mensagem em rede social de pré-candidato com pedido explícito de "não voto" em candidato concorrente, violando o princípio da igualdade de oportunidade entre os candidatos 511

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

- Multa aplicada em decorrência de infração ambiental, sob alegação que autor matinha em cativeiro pássaro da fauna silvestre sem o devido registro em órgão competente, é caracterizada infração administrativa ambiental, devendo a multa imposta ser minorada e fixada com base no patamar mínimo legal, diante da inexistência de conduta agravante 515

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE

- Estado de calamidade pública em razão da pandemia da Covid-19 e alegação de indisponibilidade de vaga em creche não podem servir como impedimento pelo município para esquivar-se de obrigação decorrente de direito prioritário e absoluto da criança a prestação de serviço educacional 519

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA

- Majoração do quantum indenizatório à família de vítima que foi assassinado quando recebia atendimento médico, após ter sido preso por tentativa de assalto e no momento do ocorrido estava sob vigilância de agentes do Estado..... 525

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

- Não é necessário mandado judicial para busca e apreensão domiciliar de objetos oriundos de furto noturno qualificado pelo concurso de pessoa, quando há consentimentos dos réus 529

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- Descaracterizada a concorrência desleal de ex-funcionário contratado por antiga cliente de empregadora, tendo em vista que o dever de não competição se restringe ao período em que vigente a relação de emprego..... 533

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

- Decretada perda de posto e patente de militar, após o oficial ser considerado indigno ou incompatível para com o oficialato em virtude das infrações ético-disciplinares a ele imputadas..... 539

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas..... 543
- Índice de Autores 547

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 551